

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2021, número 160. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

“DA LAMA AO CAOS, DO CAOS A LAMA”: CONJUNTURA AGRÁRIA DE MINAS GERAIS

ARTIGO DO MÊS

O PROJETO IDEOLÓGICO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA ENANPEGE – 2021

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/João Pessoa – João Pessoa, outubro de 2021 (10 a 15 de outubro)

XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Terra e trabalho:
usos e abusos do
espaço agrário
brasileiro –
Volume 1.**

Org.: Rosa Ester
Rossini; Maria
Rita Ivo de Melo
Machado; Mateus
de Almeida Prado

Sampaio.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países.



**Webinar Rede
DATALUTA**

Realização:
Rede

DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA/LUTA/videos>



**PodCast Unesp –
Pod Territorial.**

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para
<http://podcast.unesp.br/>

ouvir/baixar:

EQUIPE:

Revisão, Edição e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Lucas de Brito Wanderley; Eduardo P. Girardi Lara Dalperio Buscioli, Wilians Ventura Ferreira Souza e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

“DA LAMA AO CAOS, DO CAOS A LAMA”: CONJUNTURA AGRÁRIA DE MINAS GERAIS

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Departamento de Geografia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA)
Coordenadora da Pesquisa DATALUTA-MG
janaina.vinha@uftm.edu.br

João Cleps Junior

Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA
Coordenador da Pesquisa DATALUTA-MG
jcleps@ufu.br

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)
estevan.coca@unifal-mg.edu.br

João Paulo de Almeida Lopes

Departamento de Geografia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA)
jpaulo.geouftm@gmail.com

Ana Sarah Passos

Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA
Bolsista IC-CNPq
aspasos10@gmail.com

INTRODUÇÃO

*Da lama ao caos, do caos à lama
Um homem roubado nunca se engana
[...] Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça (NAÇÃO ZUMBI, 1994)*

O presente texto apresenta um balanço sobre a conjuntura agrária de Minas Gerais. São discussões que revelam a atualidade da questão agrária brasileira, acirradas por um contexto político-econômico desfavorável aos povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses. Sem nenhum exagero, é possível afirmar que nos anos de 2015 e 2019, a *onda de lama* encobriu desde pequenas comunidades até centros urbanos, levando ao inevitável *caos*. Mariana e Brumadinho são símbolos cruéis do avanço frenético, perverso e predatório da atividade de mineração no país. É fato que o *caos* já estava instalado antes da *onda de lama*, entretanto, esses últimos acontecimentos inauguram um conjunto de políticas que ainda estariam por vir em 2016, com a ascensão de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao poder. Ainda, expressa a continuidade do avanço do capitalismo no campo, nesse caso, representado pelo setor da mineração ao lado do agronegócio. Em suma, evidencia-se que Minas Gerais apresenta algumas das principais contradições do capitalismo contemporâneo, caracterizado, dentre outros, pelo neoextrativismo (SVAMPA, 2019).

Tal panorama não pode ser esquecido, e serve como horizonte empírico para que a questão agrária mineira seja analisada. Com isso, a partir do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – nesse ensaio são tecidas reflexões sobre o processo de luta pela terra em Minas Gerais, a política de reforma agrária, as ações contestatórias e combativas dos movimentos socioterritoriais e a estrangeirização de terras. São elementos que constituem parte da complexa conjuntura agrária do estado que, marcada pela *lama*, desnuda a continuidade de um modelo de desenvolvimento territorial caótico e que coloca em risco à reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.

Conjuntura agrária de Minas Gerais

Como dito, o atual contexto político-institucional brasileiro é desfavorável às lutas dos movimentos socioterritoriais do campo. Vivemos num momento pós golpe parlamentar-jurídico-midiático (MITIDIERO JR., FELICIANO, 2018), cuja ruptura da normalidade democrática e constitucional se iniciou com o *impeachment* formal da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão do ex-Presidente Lula da Silva, em 2018. Forças políticas liberais, populistas e conservadoras protagonizam, até o presente, ações que minam as iniciativas políticas lideradas, sobretudo, pelo PT.

Com a chegada de Jair Bolsonaro, então membro do Partido Social Liberal (PSL) à Presidência da República, instalou-se uma conjuntura ainda mais desfavorável. No primeiro ano do governo Bolsonaro, por exemplo, ocorreram 31 assassinatos no campo, sendo que até o começo de 2021 não houve sequer uma condenação¹. Pode-se citar o questionamento feito pelo próprio Presidente da República e outros membros do Governo Federal em relação aos dados sobre a ampliação do desmatamento da Amazônia, o que culminou na demissão de Ricardo Galvão da direção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além da recente demissão do superintendente da Polícia Federal que coordenou a maior apreensão de madeiras da história do Brasil e da Amazônia em dezembro 2020, como parte da operação conhecida como “passar a boiada”. Outro exemplo é a 80ª Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada por Flávio Bolsonaro, do PSL e filho do Presidente da República, visando alterar os artigos 182 e 186 da Constituição para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural. Com isso, seria praticamente inviabilizada a implementação da reforma agrária via desapropriação de terras.

Ao mesmo tempo, os dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2018) destacam um aumento nos conflitos no campo, envolvendo situações como disputas por terra, água, trabalho, garimpo, ações sindicais e violências – assassinatos, ameaças, agressões e prisões. É também um período em que a liberação do uso dos agrotóxicos ocorre a passos galopantes. Em 2020, o Brasil aprovou o registro de 493 agrotóxicos, volume 4% superior a 2019, quando foram liberados 474 pesticidas, mantendo o nível mais alto da série histórica, iniciada em 2005. Dos produtos anunciados, 13 são pesticidas inéditos e quatro princípios ativos novos (Piroxasulfone, Tolfenpirade, Tiencarbazona e Fenpirazamina²).

¹ Informação disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/impunidade-violencia-campo-indigenas-sem-terra-ambientalistas-ninguem-condenado/>. Acesso em 12 mai. 2021.

² Informação disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml> Acesso em: 05 mai. 2021.

Em pleno ano da SARS-Cov-2 no mundo, o ano de 2020 foi desastroso em várias dimensões, principalmente na questão ambiental, com biomas destruídos pelas chamas e os órgãos reguladores correspondentes sendo desmontados. Não obstante, o caos ambiental foi perpetuado, momento em que crimes ambientais praticados pela Vale, como os de Mariana e Brumadinho, rebateram terrivelmente em Minas Gerais, levando um *mar de lama* para diversos estados brasileiros.

Com a ascensão de Romeu Zema, do Partido Novo, o governo tem se caracterizado por uma ampla inserção nas dinâmicas neoliberais. Consta-se que esse contexto tem sido favorável para que o caráter predatório que as grandes corporações exercem sobre os recursos naturais se intensifique, sendo os exemplos atrelados à mineração os mais explícitos. Em janeiro de 2019, por exemplo, houve o rompimento da barragem principal da mina Córrego do Feijão, da empresa Vale, liberando 11,7 milhões de toneladas de rejeito de minério de ferro. Como resultados desse crime, morreram 268 pessoas, além de grande devastação ambiental, especialmente no município de Brumadinho (ROSSI, 2019). Chama atenção o fato de que um pouco mais de 3 anos antes, em Mariana, também em Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco, 19 pessoas morreram, além dos incontáveis danos à natureza (DRUMMOND, 2017).

De acordo com os dados parciais de conflitos divulgados pelo Centro de Documentação Dom Tomas Balduino (CPT) em 2020 registrou-se 1.083 ocorrências de violência contra a ocupação e a posse, que atingiram 130.137 famílias. Nesse processo, os indígenas foram as maiores vítimas que tiveram seus territórios invadidos em 2020, ano em que a CPT registrou 178 ocorrências de invasão de territórios, contra 55.821 famílias. No último ano ocorreram 62 ações de pistolagem contra 3.859 famílias, quase o triplo em relação a 2019, quando foram registrados 21 desses crimes, em números absolutos. Também foram registrados 189 conflitos pela água envolvendo 34.525 famílias em todo o Brasil, e 18 assassinatos em conflitos no campo. Durante todo o ano de 2019, 489 conflitos atingiram 69.793 famílias. Não obstante, a Lei 13.465/2017 (edição da antiga MP 759) recoloca, como nunca, a centralidade da questão da terra junto ao processo de financeirização da economia, de forma que dá maior efetividade à regularização fundiária na Amazônia - com intuito de ampliação do modelo para todo o país. Regulamenta-se o mercado formal de terras via privatização de terras públicas sem licitação, e desresponsabiliza-se o Estado em investimentos e políticas públicas. Embora o discurso defenda que a lei beneficiaria a agricultura camponesa, amplia-se para 2.500 ha. o tamanho das propriedades, além de regularizar as ocupações realizadas até o dia 22 de julho de 2018.

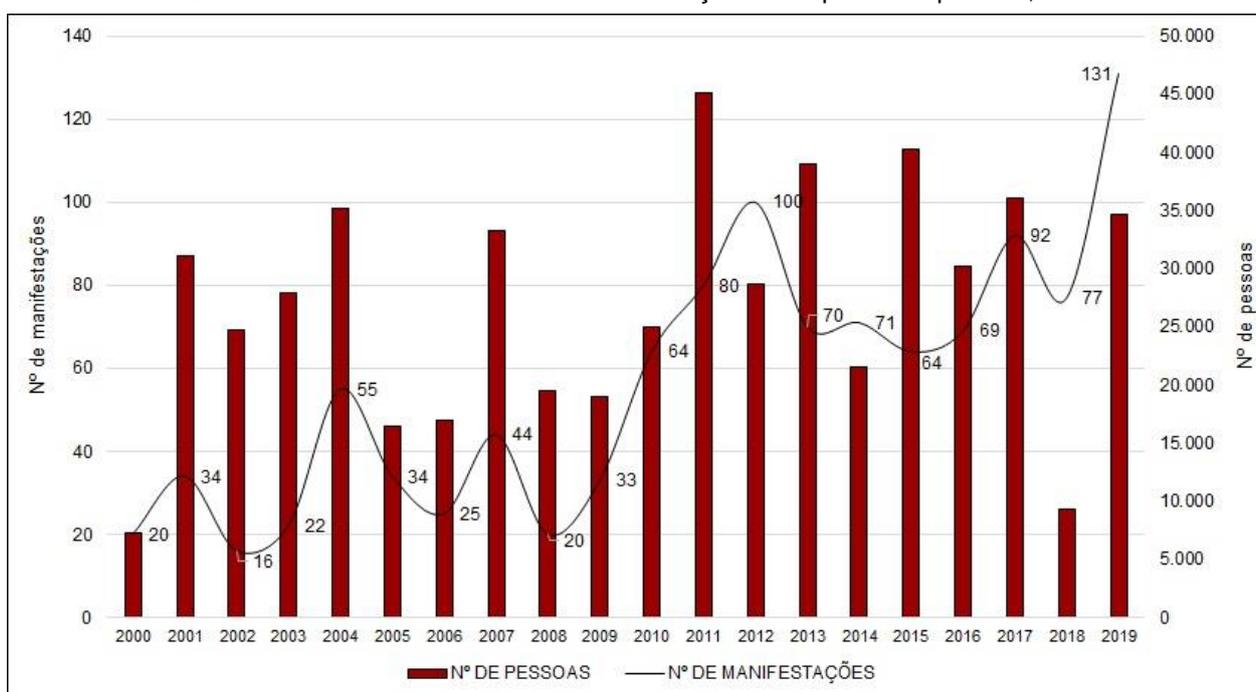
A Lei 13.340/2016 (MP 733) segue a mesma direção, perpetuando a hegemonia do latifúndio e do agronegócio. São concedidas facilidades financeiras e jurídicas à agricultura patronal, de modo que produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União puderem liquidar o saldo devedor com generosos abatimentos. Dívidas acima de 1 milhão de reais ganharam descontos, além da suspensão das execuções fiscais em andamento até o final de 2017.

Em março de 2019, também assistimos à paralisação definitiva da reforma agrária. Foram canceladas as desapropriações e as demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o país. O grande intento é legalizar as terras já desapropriadas e emitir os títulos de domínio de posse da terra,

iniciadas ainda no Governo de Temer. Em 2016 foram 1.222 títulos e em 2017 foram mais de 26 mil. Em janeiro e fevereiro de 2019, já foram emitidos 105 TD e 2.587 CCU (INCRA/SNCR, 2019).

Diante desse cenário e de tantos outros retrocessos, as manifestações são compreendidas como estratégias de luta e resistência que são realizadas, principalmente, nos grandes centros urbanos. Organizadas pelos movimentos socioterritoriais, pressionam o Estado, ao denunciar os graves problemas do campo (PEREIRA, 2015). Em Minas Gerais entre 2000-2019, foram 1.123 manifestações no estado, totalizando 541 mil pessoas e cerca de 620 manifestações (DATALUTA, 2020), com maior incidência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

GRÁFICO 1: Minas Gerais - número de manifestações e de pessoas por ano, 2000-2019



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera

Como visto no Gráfico 1, observa-se aumento significativo das manifestações em 2019, ano em que o problema da água dominou em quase todos os estados da federação, com atos contra a construção de barragens e mineradoras, motivadas pelos rompimentos da barragem de Mariana (2015) e da Mina do Feijão, em Brumadinho (2019). Pelos crimes ambientais e em memória e solidariedade às vítimas de Brumadinho, Minas Gerais foi o estado que registrou manifestações empreendidas pelos atingidos pelas mineradoras Vale e Samarco - não só em Brumadinho, como em outras localidades com barragens ameaçadas, - que, posteriormente, culminaram em protestos contra a impunidade e o descumprimento de acordos pela Fundação Renova, que somaram 82 atos (63%) do total de 131 manifestações. A Vale é uma das proprietárias da Samarco, empresa de capital aberto que possui significativa participação de grupos internacionais em sua composição acionária. Elas contribuem para que, em nível nacional, Minas Gerais seja a segunda unidade da federação com maior presença de empresas de capital estrangeiro que atuam

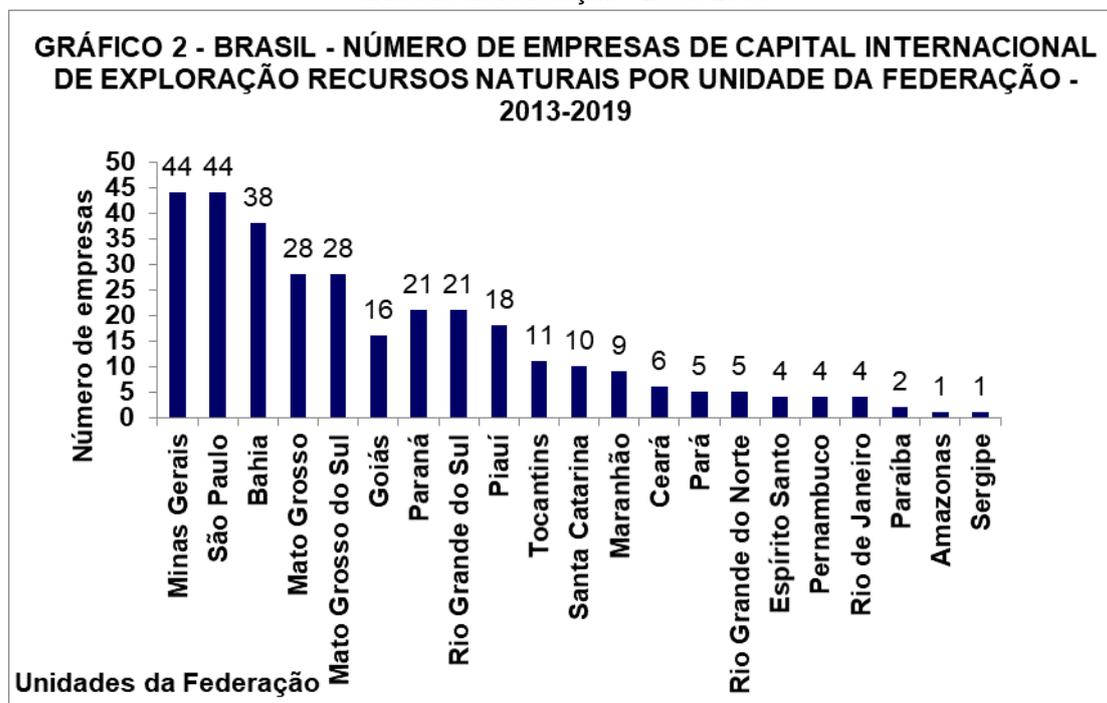
na exploração de recursos naturais entre 2013 e 2019 (40 no total), ficando atrás apenas de São Paulo (43 no total) (REDE DATALUTA, 2020).

Com base no DATALUTA sobre estrangeirização de terras, os registros considerados de média e grande propriedade em nome de estrangeiros apresentam expressivo crescimento em Minas Gerais. Entre as décadas de 1910 e 2000, o total de registros no estado saltou de 2 para 534, alcançando ápice na década de 1980, com 693. Unaí, Paracatu, Minas Novas, Cônego Marinho e Bonito de Minas são cinco municípios que possuem pelo menos 50% da área de grandes e médias propriedades registradas em nome de estrangeiros (PRETTO, 2008). O Estado também se apresenta entre as onze unidades federativas que possuem mais de 91% da área total de terras registradas como médias e grandes propriedades em nome de estrangeiros em todo o Brasil, e ocupa o 4º lugar (PRETTO, 2008).

No gráfico 2 é possível ter dimensão desse cenário. Minas Gerais apresenta destaque nacional no número de empresas de capital internacional atuando junto à exploração de recursos naturais, ao lado de São Paulo, com 44 empresas.

Além da mineração, essas empresas têm atuado na produção de outras *commodities* como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, o monocultivo de árvores e os grãos em rotação. Isso testifica que cada vez mais a atuação das grandes empresas do agronegócio por meio da articulação entre diferentes escalas, acentuando seu caráter transnacional.

GRÁFICO 2 - BRASIL - número de empresas de capital internacional de exploração recursos naturais por unidade da federação - 2013-2019



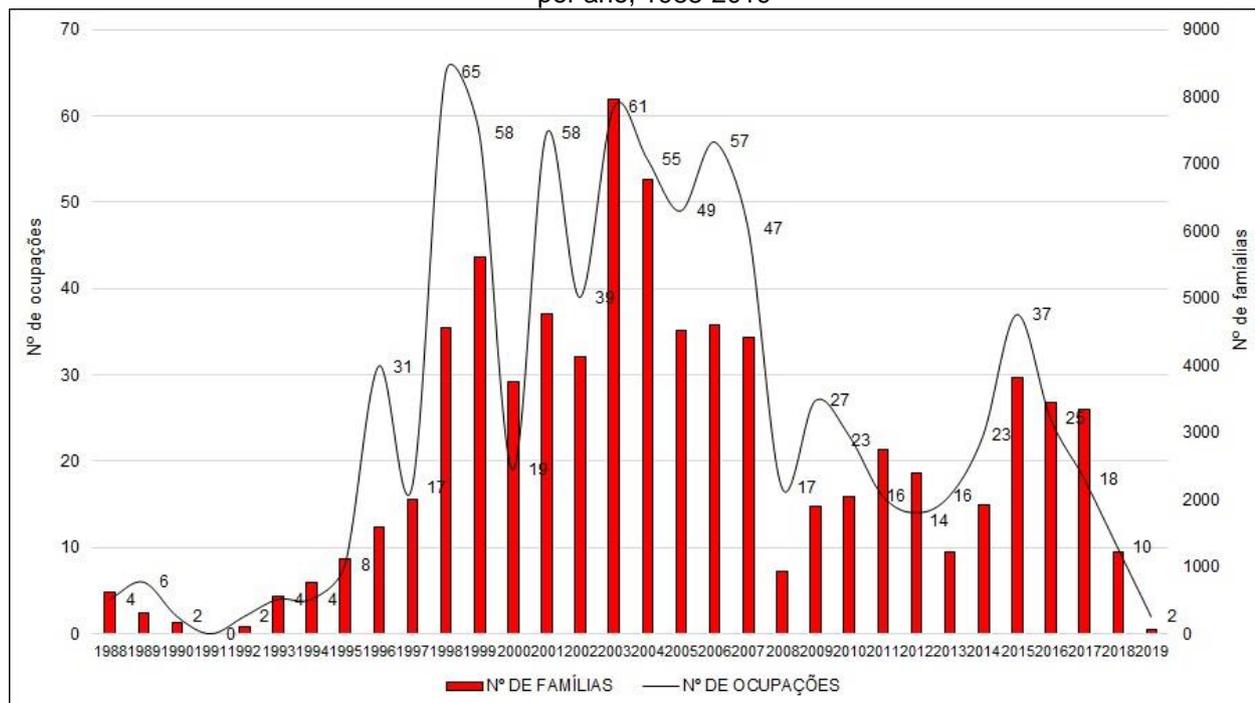
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera.

As *commodities* agrícolas predominam dentre a quantidade de empresas, envolvendo produtos como monocultivos de árvores, café, algodão, laranja, grãos (em rotação) e principalmente da cana-de-açúcar. Dentre os setores em destaque, a participação do capital estrangeiro nas unidades produtivas da agroindústria canavieira de Minas Gerais tem avançado a partir do final da década de 1990 (em particular a partir de meados desta primeira década do século XXI), seja no comando ou com participação acionária nas empresas do setor, sendo em Minas Gerais, os principais atores envolvidos na internacionalização da indústria canavieira são principalmente grupos de origem inglesa, estadunidense, argentina e francesa. (CLEPS JR.; CAMPOS 2018)

Dentre eles, temos a Adecoagro, grupo de origem estadunidense e argentina, que está presente em três usinas do país, uma em Minas Gerais e duas no Mato Grosso do Sul; a ADM de origem estadunidense e presente em uma usina no estado; a Biosev-LDC é um dos grupos com maior representatividade no país, presente em treze unidades, sendo duas localizadas em Minas Gerais; a British Petroleum-BP atua em três usinas no país, sendo uma em Minas Gerais e duas no estado de Goiás; com presença significativa no estado e participação em três usinas temos a Bunge, de origem estadunidense.

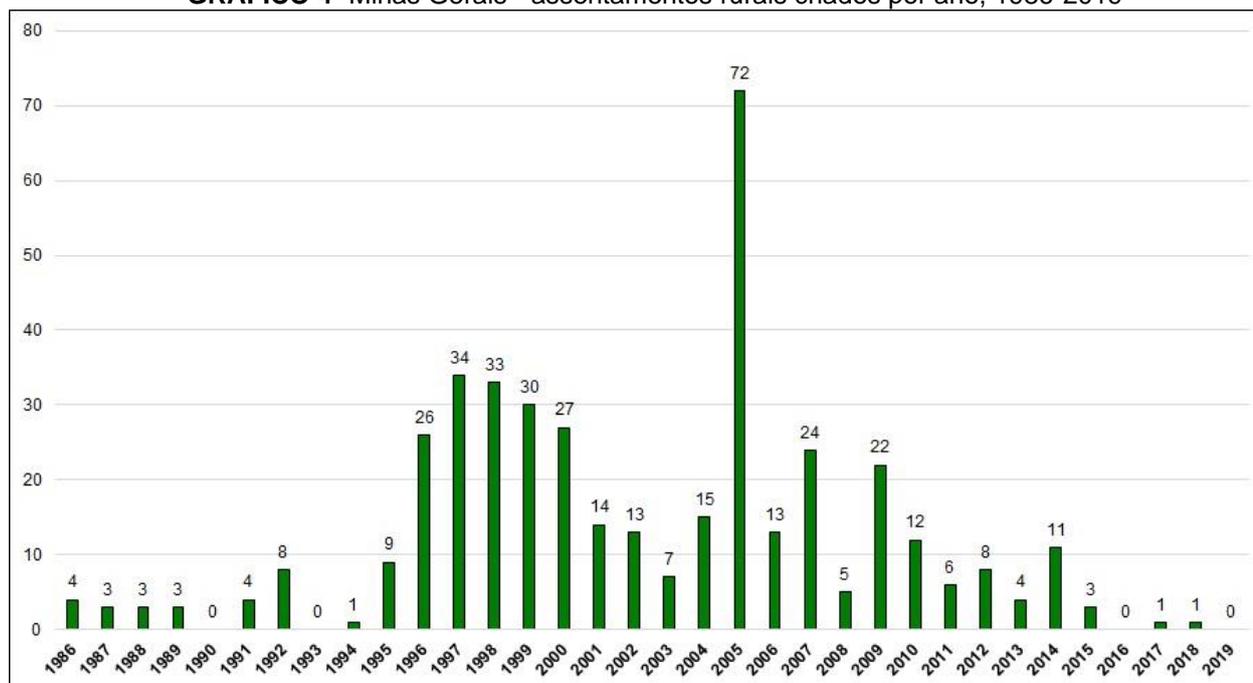
Apesar da atuação do capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro (CAMPOS; CLEPS JR., 2018; SANTOS, 2020), nos anos recentes destacam-se as energias renováveis, principalmente dos tipos solar e eólica como as principais *commodities*, de acordo com os levantamentos preliminares de 2021 (DATALUTA, 2021). Este é um tema que possivelmente deverá ser explorado nos estudos regionais que envolvem a REDE DATALUTA, caracterizando e compreendendo melhor essa realidade. Ao mesmo tempo em que a exploração dos recursos naturais por grandes corporações exemplifica a hegemonia do agronegócio em Minas Gerais, também se constata que o presente contexto é caracterizado pelo arrefecimento de tradicionais estratégias de luta pela terra nessa unidade federativa (Gráfico 3). Em 2017, por exemplo, ocorreram 18 ocupações de terras com a participação de 3.341 famílias, especialmente no Norte e no Oeste do estado (REDE DATALUTA, 2018), reforçando uma tendência de queda nos dados sobre esse tipo de ação dos movimentos socioterritoriais que tem caracterizado o período que sucedeu o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016 (CLEPS JR., 2018). O movimento socioterritorial mais atuante em Minas Gerais tem sido o MST, responsável por 14 ocupações de terra em 2017, sendo que as demais ações foram desempenhadas por indígenas da tribo Kariri, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a União Nacional de Luta Camponesa (UNLC) e organizações independentes (REDE DATALUTA, 2018).

GRÁFICO 3 - Minas Gerais – número de ocupações e de pessoas por ano, 1988-2019



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera

Um dos fatores que explica a queda no número de ocupações de terras em Minas Gerais relaciona-se ao contexto nacional, o que rebate diretamente no número de assentamentos rurais criados nos últimos anos (Gráfico 4). Em resultado a crise político-institucional brasileira, em 2016 e 2019 nenhum assentamento rural foi criado no Estado, ao passo que em 2017 houve apenas 1, o Projeto de Assentamento Água Limpa, em Campina Verde, com capacidade para 27 famílias (REDE DATALUTA, 2018). Em 2018 também houve a criação de apenas 1 assentamento, que corresponde ao PA Celso Lúcio (Carinhosa), localizado em Uberlândia. À isso soma-se o contexto institucional desfavorável dos acampados, à exemplo das recentes decisões judiciais favoráveis ao despejo das mais de 450 famílias que vivem no Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (COCA et al., 2018), e no Acampamento 19 de Março, em Uberaba.

GRÁFICO 4- Minas Gerais - assentamentos rurais criados por ano, 1986-2019

Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera

Somado a isso, como parte de um contexto presente em diversos países da América Latina, em 2003 iniciou-se no Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a fase pós-neoliberal (SADER, 2009). A reforma agrária foi tratada, mais uma vez, como uma política compensatória, não adentrando a urgente e necessária dimensão estrutural de mudanças para o país. Nas duas gestões do governo Lula e na primeira do governo Dilma, houve nítido crescimento econômico que, paralelamente a criação de políticas de distribuição de renda, melhoraram minimamente a qualidade de vida da população pobre. Esta realidade diminuiu o número de famílias em ocupações terras, uma vez que estas passaram a ter acesso às políticas públicas que as retiraram do mapa da fome (FERNANDES, et al., 2017).

Em suma, constata-se que no presente o processo de territorialização do campesinato via ocupação da terra e criação de assentamentos rurais não tem sido tão intenso em Minas Gerais como em outros contextos, à exemplo dos primeiros mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), do Partido dos Trabalhadores (PT).

Considerações finais

O balanço apresentando sobre a conjuntura agrária mineira denota a “Marias” e “Josués” a hegemonia do capital no campo via agronegócio e mineração, consolidando o neoextrativismo. Não é um cenário novo, mas atravessado por elementos que acentuam sobremaneira a lógica capitalista, e impactam profundamente as lutas dos povos originários, quilombolas e camponeses em todo o país. Afetam a criação

de dispositivos legais e jurídicos que beneficiam os setores da mineração e do agronegócio, a não implantação da política de reforma agrária e a mobilização e articulação social.

Os capitais internacionais e financeiros, associados as transnacionais e grandes proprietários de terras, dominam a agricultura no Brasil e impõem um modelo altamente tecnológico na produção, trazendo prejuízos aos pequenos produtores. Em Minas Gerais, este movimento de internacionalização do setor agroindustrial nacional, tem atraído capitais externos interessados na produção de agrocombustíveis. O processo de globalização e financeirização econômica foram determinantes para a entrada de novos capitais e a crise financeira global ocorrida em 2008.

Isso sem contar a relação estreita entre a SARS-Cov-2 e o agronegócio, cuja pecuária industrial globalizada é responsável pela emergência de novas doenças infecciosas. São transformações que têm criado condições para geração e disseminação de múltiplas zoonoses, em que os animais são submetidos a condições extremas de confinamento que favorecem a mutação biológica, os impactos ambientais e os danos à saúde daqueles que o consomem (WALLACE, 2020).

Assim, a questão agrária continua longe de uma solução definitiva, e no atual momento histórico, coloca questões que devem tangenciar a função social da terra, a soberania e os direitos fundamentais das populações que habitam o campo, e não interpretada como uma questão jurídica e exclusiva aos interesses ligados à reprodução ampliada do capital, que no campo é representado pela grande propriedade e poder do agronegócio. Sim “Josué, eu nunca vi tamanha desgraça”.

Referências

- CPT. Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomas Balduino (CEDOC). 2020 - O ano do fim do mundo... como o conhecemos/ Cristiane Passos. In: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5467-2020-o-ano-do-fim-do-mundo-como-o-conhecemos>. Acesso em 05/05/2021.
- CLEPS JR, J. Descaminhos da Reforma Agrária no Contexto das Reformas Neoliberais e da Crise Institucional no Brasil. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**, v. 12, p. 649-663, 2018.
- CLEPS JR, J.; CAMPOS, N.L. O avanço do capital estrangeiro e o contexto da crise recente na produção de agrocombustíveis no Cerrado mineiro. In: 6th International Conference of BRICS Initiative of Critical Agrarian Studies, 2018, Brasília-DF: Unb/BICAS, 2018. v. 1. p. 1-31.
- COCA, E. L. F. et al. A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio - MG. **Boletim DATALUTA**, n. 31, p. 2–9, 2018.
- DRUMMOND, R. Tragédia De Mariana. Crime Completa Dois Anos Neste 5 De Novembro. In: **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/03/tragedia-de-mariana-or-crime-completa-dois-anos-neste-5-de-novembro/>. Acesso em: 6 ago. 2019.
- FERNANDES, B. M. (et al.). A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n. 19, p. 1-16, jan. 2017.
- MITIDIERO JR., M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**, v. 12, n. 2, 2018, p. 220-246.
- PEREIRA, D. V. **Participação política, desenvolvimento territorial, e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-**

2012. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo, 2015.

PRETTO, J. M. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2008.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2017.** Presidente Prudente, 2018.

ROSSI, A. **As conclusões da CPI de Brumadinho no Senado, que pede indiciamento de 14 pessoas por homicídio - BBC News Brasil.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48848882>. Acesso em: 6 ago. 2019.

SANTOS, P. **Agronegócio e controle de terras por agentes estrangeiros no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: o grupo Bunge Açúcar e Bioenergia.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFU). Uberlândia, 2020.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** São Paulo: Elefante, 2019.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência.** Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. Editora Elefante & Igrá Kniga, São Paulo, 2020.